



Partido Popular Socialista – www.pps.org.br

Informativo da Liderança do PPS na Câmara – Ano I – Nº 1 – Janeiro de 2013

Mais um ano marcado por corrupção e economia estagnada

Corrupção atingindo o seio da Presidência da República, pacotes econômicos ineficientes, PIB em queda, incompetência gerencial e um Parlamento subalterno ao Poder Executivo. Essas foram as principais marcas do segundo ano do governo Dilma. O ano de 2012 só não foi perdido graças à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de condenar a quadrilha do mensalão.

No Congresso Nacional, foram poucos os exemplos de independência. À exceção da votação da partilha dos royalties do petróleo, em que parlamentares optaram por dividir os recursos entre todos os estados e municípios, produtores ou não, o Poder Legislativo praticamente agiu para cancelar as propostas do governo federal.

No caso dos royalties, a queda de braço ainda está em andamento, já que a presidente Dilma Rousseff vetou a proposta do Legislativo para atender, principalmente, ao pedido de um de seus principais aliados, o PMDB do governador Sérgio Cabral. Tentou-se em vão votar mais de três mil vetos acumulados ao longo de décadas para que fosse possível derrubar “a caneta-

da” de Dilma ao projeto dos royalties. Essa enxurrada de vetos é outra aberração no equilíbrio entre os Poderes.

O cenário econômico também é preocupante. A expectativa de crescimento de 4,5% do PIB (Produto Interno Bruto) se transformou, como era previsto, em mais uma peça de propaganda oficial. Diante de tal perspectiva, o que fez o governo? Saiu a anunciar uma série de pacotes para beneficiar setores pontuais da economia. Foram mais de uma dezena até agora, sem reflexos estruturantes para a melhoria da economia com um todo.

O PPS e sua bancada no Congresso vêm defendendo o aumento de investimentos públicos em obras de infraestrutura, educação, ciência e tecnologia. No entanto, o governo, em sua incapacidade gerencial, não consegue sequer aplicar o que foi aprovado no orçamento.

Em 2013, a bancada continuará vigilante em seu papel de fiscalizar os atos públicos, denunciando quando for necessário e sempre com foco no interesse público.

DEPUTADO RUBENS BUENO

Líder do PPS na Câmara

Foto Agência Senado

RUBENS BUENO (PR)


Fotos: Tuca Pinheiro e Robson Gonçalves

Atuação firme na CPI Mista do Cachoeira

Apesar de a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou as relações de políticos e empresários com o bicheiro Carlos Cachoeira ter terminado numa grande “presepada”, conforme classificou o líder e representante do partido no colegiado, o deputado Rubens Bueno (PR), a bancada atuou com firmeza e cobrou, indistintamente, apurações de toda ordem durante os trabalhos da comissão.

No total, Rubens Bueno apresentou 61 requerimentos. Desses, 41 foram aprovados. O partido conseguiu aprovar, por exemplo, a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Delta e as convocações dos governadores Agnelo Queiroz (PT), Marconi Perillo (PSDB), do ex-diretor do DNIT, Luiz Antônio Pagot, e do ex-presidente da construtora, Fernando Cavendish. Além, é claro, do bicheiro Carlinhos Cachoeira e de outros integrantes de sua quadrilha.

E convicto de que o relatório final do PT estava incompleto por não incluir políticos da base no pedido de indiciamento, o líder do PPS apresentou um voto em separado, que não chegou a ser votado, já que um “acordão” costurado por peemedebistas e tucanos resultou na aprovação de um documento com menos de duas páginas que não sugeriu punição a nenhum dos investigados pela própria CPI ou pela Polícia Federal.

Fim de privilégios e Ficha Limpa no Executivo

A bancada do PPS, para aprimorar os mecanismos de combate à corrupção e acelerar o julgamento de acusados de desviar dinheiro público, apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 142/2012) que acaba com o foro privilegiado para todas as autoridades.

No STF, o partido obteve uma grande vitória com a decisão da corte favorável à constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa. O Tribunal atendeu à expectativa da sociedade pela moralidade na política brasileira. O partido e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) foram os autores das ações que pediam a validação da lei.

Além disso, outra Emenda do PPS (PEC 11/2011) em tramitação no Congresso estabelece a adoção da Ficha Limpa nos executivos federais, estaduais e municipais. A medida, aprovada em junho pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, proíbe a nomeação de pessoas consideradas inelegíveis pela Justiça Eleitoral para cargos públicos. A vedação, proposta pelo deputado Sandro Alex (PR), se aplica aos postos de ministro de estado, secretário-executivo em ministérios e também a cargos de confiança e funções comissionadas no Executivo, além dos de livre nomeação.

SANDRO ALEX (PR)

ARNALDO JORDY (PA)

CPI do Tráfico de Pessoas é destaque nacional

A CPI do tráfico de Pessoas da Câmara, comandada pelo deputado Arnaldo Jordy (PA), ouviu depoimentos e colheu informações com o objetivo de traçar rotas sobre o envio de homens e mulheres para exploração sexual e para a prática de trabalhos forçados. Entre as convocações, destacou-se o depoimento do dono de uma agência de modelo que enviou moças para a Índia e que foram resgatadas pelo governo brasileiro após denúncias de cárcere privado.

Outro caso investigado pela CPI ocorreu no município baiano de Monte Santo. A Justiça e o Ministério Público local apuram a retirada de cinco crianças de uma mesma família para serem adotadas por uma família paulista. Jordy e os demais membros da comissão chegaram a ouvir o juiz Vítor Bizerra, que autorizou a transferência dos irmãos. Também foi ouvido o casal Carmen e Gerard Topschall, acusado de intermediar o processo de adoção.

A CPI também investigou a participação de agências de modelos de fachada no esquema de envio de garotas para o exterior para submissão a trabalhos degradantes e exploração sexual. O próximo passo é desvendar esquemas de fachada para aliciar garotos sob falsas promessas de se tornarem jogadores de futebol no exterior.

PPS propôs 10% do PIB para educação básica

É de autoria da bancada do PPS uma emenda ao Plano Nacional de Educação (PNE) que estabelece o investimento de 10% do PIB em educação. Apresentada pelo deputado Stepan Nercessian (RJ), a proposta foi aprovada na Câmara e depois seguiu para a análise do Senado.

Na área da cultura, o partido também ajudou a aprovar a PEC da Música e foi fundamental para ampliar benefícios aos filmes nacionais. A emenda do PPS, transformada em lei por meio do Programa Cinema perto de Você, dá aos filmes nacionais prioridade de exibição em salas beneficiadas pelo programa.

Stepan teve aprovado, na Comissão de Educação, projeto de sua autoria que fixa a primeira terça-feira do mês de março como feriado nacional de Carnaval. Hoje, a data é variável e não está incluída no calendário nacional de feriados. A proposta foi aprovada em novembro na Comissão de Educação e, se passar pela C CJ, pode seguir direto para o Senado.

O partido também conseguiu a criação da Subcomissão Permanente de Cultura, que passou a funcionar dentro da estrutura da Comissão de Educação. Stepan Nercessian preside o colegiado.

STEPAN NERCESSIAN (RJ)

ROBERTO FREIRE (SP)

Eleição: Partido vai ao STF para garantir twitter

O PPS ingressou, em março, no Supremo Tribunal Federal (STF), com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que impediu que os candidatos às eleições municipais de 2012 divulgassem suas propostas por meio do twitter antes de 6 de julho, data que marcou o início oficial da campanha eleitoral.

Paralelamente à ação impetrada no Supremo, o presidente nacional do partido, deputado Roberto Freire (SP), apresentou projeto de lei (PL 3500/2012) que amplia a lista de condutas contidas em resolução do TSE que não são consideradas propaganda eleitoral antecipada. Pela proposta de Roberto Freire, desde que não haja custos, o pré-candidato ou candidato poderá divulgar mensagens antes do prazo oficial do início da campanha.

Na ADI, a legenda argumenta ainda que o direito individual do cidadão, garantido pela Constituição, foi violado pela resolução do TSE. A proibição de manifestações pelo twitter, na visão do partido, tem caráter de cercear a liberdade de pensamento e de expressão.

Gol: Em defesa dos parentes das vítimas de acidentes

Como integrante da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara, o então deputado Dimas Ramalho (SP) visitou, em missão oficial, autoridades dos Estados Unidos para pedir punição para os pilotos do jato Legacy que provocaram a colisão com o avião da empresa Gol, em 2006. Os 154 passageiros do voo 1907 e seus tripulantes morreram e os pilotos do jatinho saíram ilesos. Ramalho, junto com outros parlamentares, esteve com congressistas norte-americanos, que ficaram de estudar o caso.

O pedido para que Jan Paul Paladino e Joe Lepore percam a autorização para voar também foi levado ao Congresso norte-americano no mês de fevereiro. Os pilotos foram condenados no Brasil, em 2011, a quatro anos de prisão em regime semiaberto, mas a pena foi substituída por serviços comunitários.

Na área da defesa do consumidor, Dimas Ramalho atuou também para que os planos de saúde cumpram a norma que estabelece prazos máximos de atendimento para consultas, exames e cirurgias. Atualmente, Dimas Ramalho é conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

DIMAS RAMALHO (SP)



CARMEN ZANOTTO (SC)



Propostas aprovadas na área da saúde

A bancada do PPS teve atuação marcante em defesa da saúde pública de qualidade para a população. Emenda apresentada pela deputada federal Carmen Zanotto (SC), aprovada pela Câmara, ao Projeto de Lei 3887/1997, do Senado, garantiu tratamento, em até 60 dias, de pacientes com câncer. A medida foi sancionada pela presidente da República, Dilma Rousseff. Pela proposta, o SUS (Sistema Único de Saúde) deverá garantir gratuitamente tratamento e medicamentos necessários para os portadores da doença.

Outra emenda de Zanotto estendeu aos portadores de deficiência mental leve ou moderada o benefício de isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de carro novo para uso próprio. A proposta foi incluída na Medida Provisória 549/2012.

Com uma articulação encabeçada por Carmen Zanotto, a bancada também conseguiu impedir a votação da Medida Provisória 557/12, que criava um cadastro nacional de gestantes. Segundo o partido, a medida violava a intimidade da mulher, sob o pretexto de conceder uma bolsa de R\$ 50,00 para as gestantes. Com tramitação vencida na Câmara, a MP perdeu a validade.

Contra o 14º e 15º salários para parlamentares

Com a aprovação pelo Senado, no início do segundo semestre deste ano, do projeto que extingue o 14º e o 15º salários pagos aos parlamentares, o deputado Augusto Carvalho (DF) defendeu que a Câmara pautasse a matéria em plenário para acabar com o benefício. Após entendimento com Augusto, o líder do partido, Rubens Bueno (PR), apresentou projeto e requerimento de urgência para a votação do fim do salário extra que é defendido há anos pelo parlamentar do DF. O ano acabou e matéria sequer foi pautada para votação.

O parlamentar é autor de ação impetrada no STF (Supremo Tribunal Federal) arguindo a inconstitucionalidade da contribuição sindical obrigatória.

Augusto Carvalho teve participação destacada para que a da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 478/2010, que amplia direitos dos empregados domésticos, fosse votada. A proposta incluiu na Carta Magna 16 direitos trabalhistas para os empregados domésticos. Semanas depois, a matéria foi concluída e promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado.

AUGUSTO CARVALHO (DF)



ARNALDO JARDIM (SP)



Incentivo à energia solar é aprovado pelo Congresso

A sugestão apresentada pelo deputado federal Arnaldo Jardim (SP) de inclusão da energia solar entre as fontes a serem incentivadas por políticas específicas foi incorporada ao projeto de lei de conversão da Medida Provisória 579, cuja votação foi concluída no final de dezembro pela Câmara e pelo Senado.

A matéria, que seguiu para sanção presidencial, foi inserida ao texto pelo relator da MP, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), por “inspiração” em emenda com o mesmo teor de autoria do parlamentar do PPS, que é membro da Comissão de Minas e Energia da Câmara e presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Infraestrutura.

Na opinião de Jardim, o incentivo à energia solar, representada pela termossolar e fotovoltaica, vai torná-la mais competitiva perante as demais fontes eólica, hidrelétrica e biomassa. Ele considera que a energia que vem do sol reforça a segurança energética brasileira.

Arnaldo Jardim foi escolhido, em ranking realizado por Revista Veja, como um dos parlamentares que mais trabalharam em 2012 pela modernização do país.

Reforma Política: Eleição proporcional

Acabou 2012 e a reforma política, mais uma vez, não saiu do papel. E não foi por falta de esforço do PPS e do deputado federal Almeida Lima (SE), que presidiu a Comissão que tratou do tema. As várias visões sobre a mudança na legislação impediram o consenso em torno da votação da matéria pelo colegiado.

Dentre as propostas apresentadas pelas bancadas de vários partidos, o relator do parecer, deputado Henrique Fontana (PT-RS), acolheu a sugestão do PPS de mudança no sistema de divisão das sobras de votos nas eleições de deputados e vereadores. Atualmente, só participa do rateio as legendas que alcançam o coeficiente eleitoral. Pela proposta do PPS, as sobras serão divididas entre todos os partidos que disputam a eleição.

O PPS defende, entre outros pontos, a adoção do voto distrital misto e o financiamento público de campanha.

Para Almeida Lima, a decisão de votar a proposta é um avanço, mas, ele alerta que ainda há falta de consenso sobre os pontos a serem votados pela Câmara dos Deputados.

ALMEIDA LIMA (SE)



Veja mais ações da bancada em 2012

JANEIRO

- ▶ O deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP), membro da Comissão Representativa do Congresso Nacional, pede a convocação do colegiado para debater os efeitos das fortes chuvas que atingem o país.
- ▶ PPS ingressa na PGR (Procuradoria-Geral da República) com representação para pedir que se investigue o ministro das Cidades, Mário Negromonte, acusado de participar de reunião em que seu partido, o PP, teria negociado a participação de empresa de informática numa licitação milionária aberta pela Pasta.

FEVEREIRO

- ▶ O líder do PPS na Câmara, deputado Rubens Bueno (PR), protocola requerimento de informação endereçado ao ministro do Esporte, Aldo Rebelo (PCdoB), pedindo a cópia de todos os documentos relativos ao contrato de R\$ 4,65 milhões, sem licitação, fechado entre a Fundação Instituto de Administração (FIA) e a Empresa Brasileira de Legado Esportivo Brasil 2016, estatal criada pelo governo para a Olimpíada do Rio e extinta antes mesmo de entrar em funcionamento.
- ▶ Após conseguir no Supremo Tribunal Federal a confirmação da constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa, bancada do PPS começa trabalhar para aprovar no Congresso Nacional emenda do deputado Sandro Alex (PPS-PR) que estende ao Executivo as regras que barram o ingresso de condenados na vida pública.

MARÇO

- ▶ Parlamentares do PPS e Executiva Nacional do partido anunciam campanha nacional contra confisco do rendimento da poupança.
- ▶ O presidente nacional do PPS, deputado Roberto Freire (SP), protocola ação no STF (Supremo Tribunal Federal) contra resolução do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que estabelece censura no twitter
- ▶ Os deputados Simplício Araújo (MA) e Rubens Bueno (PR) integram comissão de parlamentares da oposição em visita a um dos trechos das obras de transposição do São Francisco no município de Mauriti (CE).

ABRIL

- ▶ O deputado Arnaldo Jordy (PA) é eleito presidente da CPI do Tráfico de Pessoas.



Tuca Pinheiro

No plenário, deputados do partido protagonizaram os principais debates em defesa do país

- ▶ Bancada do PPS assina pedido de CPI para apuração do envolvimento de parlamentares com o contraventor Carlinhos Cachoeira.

MAIO

- ▶ O líder do PPS na Câmara, deputado Rubens Bueno (PR), consegue aprovar, na CPI Mista do Cachoeira, a convocação do bicheiro Carlinhos Cachoeira, do senador Demóstenes Torres (DEM-GO) e do ex-diretor da Delta no Centro-Oeste, Cláudio Abreu
- ▶ Bancada do PPS na Câmara votou pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/01, do Senado Federal, que determina a expropriação de terras aonde for constatada exploração de trabalhadores em condições análogas à de escravidão.

JUNHO

- ▶ O PPS pede convocação e quebra de sigilos de dupla que beneficiaria PMDB em esquema da construtora Delta.
- ▶ CPI presidida pelo deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA) dá início ao debate sobre relação entre trabalho escravo e tráfico de pessoas.

JULHO

- ▶ O líder do PPS na Câmara, deputado Rubens Bueno (PR), apresenta requerimento na CPI Mista do Cachoeira pedindo a convocação do governador do Tocantins, Siqueira Campos (PSDB), para dar explicações sobre suposta doação do contraven-

tor Carlinhos Cachoeira a seu comitê de campanha.

- ▶ O deputado Roberto Freire (SP), presidente nacional do PPS, solicita à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara que investigue, com auxílio do TCU (Tribunal de Contas da União), denúncia de irregularidades na compra do Banco Votorantim pelo Banco do Brasil.

AGOSTO

- ▶ A CPI do Tráfico de Pessoas aprova requerimento do deputado Arnaldo Jordy (PA), presidente da comissão, para realização de audiência pública para ouvir os responsáveis pelo consórcio Energia Saudável do Brasil (ESBR) e da construtora Carmargo Corrêa. As empresas são acusadas de prática de trabalho escravo nas obras da hidrelétrica de Jirau, em Rondônia.
- ▶ A deputada federal Carmen Zanotto (SC) solicita informações do ministro do Turismo, Gastão Vieira, sobre o evento Garota Copa Pantanal 2014, patrocinado pela pasta. O concurso é investigado pelo Ministério Público de Mato Grosso por exploração sexual de adolescentes.

SETEMBRO

- ▶ O líder do PPS na Câmara, deputado Rubens Bueno (PR), apresenta requerimento de informações em que cobra explicações do ministro dos Transportes, Paulo Passos, sobre a série de irregularidades detectadas pelo TCU (Tribunal de Contas União) nas obras da Ferrovia Norte-Sul.

- ▶ A pedido da Procuradoria-Geral da República, STF (Supremo Tribunal Federal) encerra processo que envolvia o deputado Stepan Nercessian (RJ) com o grupo de Carlinhos Cachoeira.

OUTUBRO

- ▶ O deputado Arnaldo Jardim (SP), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional, cobra explicações ao Comitê Nacional do Sistema Elétrico sobre as causas dos apagões que atingiram todas as regiões do país.
- ▶ O presidente da CPI do Tráfico de Pessoas, deputado Arnaldo Jordy (PA), anuncia que a comissão investigará as adoções irregulares de crianças na cidade de Monte Santo (BA).

NOVEMBRO

- ▶ O PPS protocola na PGR (Procuradoria-Geral da República) representação em que pede a abertura de investigação sobre o suposto envolvimento do ex-presidente Lula no esquema do mensalão.
- ▶ O líder do PPS na Câmara, Rubens Bueno (PR), apresenta à Mesa Diretora projeto que restabelece artigo do Regimento Interno que prevê a realização de sessões ordinárias na Casa de segunda à sexta-feira. A medida derruba decisão anterior, capitaneada pelo presidente da Câmara, Marcos Maia (PT-RS), que permitia que as sessões fossem realizadas apenas às terças, quartas e quintas-feiras.
- ▶ Acompanhando a emenda originária dos deputados Humberto Souto (MG) e Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), a bancada do partido votou a favor da divisão dos royalties entre todos estados e municípios.

DEZEMBRO

- ▶ Bancada do PPS na Câmara inicia coleta de assinaturas para a abertura da CPI da Rosemary. A decisão do partido foi tomada diante da blindagem exercida pelo governo federal para impedir que os indiciados da Operação Porto Seguro prestassem depoimento no Congresso.
- ▶ O líder do PPS na Câmara, deputado Rubens Bueno (PR), apresenta voto em separado na CPI Mista do Cachoeira em que pede para investigar doações à campanha de Dilma Rousseff e a ligação de governadores com a Construtora Delta.

Atuação do PPS em números

EM 2012, A BANCADA do PPS na Câmara dos Deputados apresentou **25** Projetos (de Lei, de Lei Complementar, de Resolução e de Decreto Legislativo), **3** Propostas de Emenda à Constituição, **255** Requerimentos, sendo **54** de Informação. Além disso, foram protocoladas **129**

emendas às proposições submetidas à análise da Casa e nossos deputados fizeram, ao todo, **597** pronunciamentos/manifestações em Plenário. O PPS também fez uso de **10** representações judiciais, sendo **7** junto ao Ministério Público. Ao todo, foram **467** proposições de

autoria da bancada desde o começo das atividades legislativas de **2012** até o momento e **1074** medidas, ações e intervenções que tiveram como origem os deputados do PPS.

Na área jurídica, o partido ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade e uma

representação na Comissão de Ética Pública da Presidência da República. Além disso, acionamos o Ministério Público por cinco vezes, sempre pedindo abertura de inquérito para investigação de escândalos de corrupção, abundantes nesse governo.

Informativo da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados

Anexo II – Sala T 23 – Ala A – CEP 70160-900 – Brasília-DF – Telefones (61) 3215-9600 – e-mail: lid.pps@camara.leg.br